Cadernos do Desenvolvimento Fluminense - ISSN: 2317-6539
Rio de Janeiro | n. 28 | Edição Especial | abril-2025
ARTIGO

PENSANDO O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

THINKING ABOUT THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Henrique Rabelo
https://orcid.org/0000-0002-7405-4154
Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro (IERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Maria Helena Versiani
https://orcid.org/0000-0002-7135-5242
Museu da República e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Mauro Osorio
https://orcid.org/0000-0002-7609-2664
Correspondência: mauroosorio@uol.com.br
Faculdade Nacional de Direito-FND/UFRJ e Friperj, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89463
Recebido em: 13 fev. 2025 | **Aceito em:** 13 fev. 2025

RESUMO

O artigo discute a trajetória de ascendência e decadência econômica da província/estado do Rio de Janeiro, destacando a sua função como eixo de articulação econômica nacional, até o final dos Oitocentos. Na virada para o século XX, o estado de São Paulo passou a liderar o crescimento econômico brasileiro, com base no chamado complexo cafeeiro paulista, porém o dinamismo econômico fluminense manteve-se próximo ao da média nacional até os anos 1960. Nos anos 1970, a economia fluminense entra em processo contínuo de perda de dinamismo, a par de um conjunto de fatores, que incluem: a) a transferência da Capital para Brasília, sem compensações para o Rio de Janeiro; b) a falta de adequadas estratégias regionais de desenvolvimento para os territórios carioca e fluminense; e c) o enraizamento de uma cultura política perversamente clientelista e fisiológica no Rio de Janeiro, que levou ao progressivo desmonte da máquina pública do estado. Com base na literatura especializada e na análise de indicadores econômicos e sociais sobre o estado do Rio de Janeiro, argumenta-se que a superação da atual e longeva crise socioeconômica vivenciada em território fluminense impõe o exercício de estudar sistematicamente as especificidades desse estado e suas regiões, tendo em vista à estruturação do quadro administrativo e técnico do Estado e à construção de uma política pública regional integrada para os municípios fluminenses, que identifique as suas características, potencialidades, necessidades e sinergias, com foco na cooperação entre regiões e municípios e na consecução de benefícios sociais consorciados.

Palavras-chave: Rio de Janeiro (estado); território carioca; potência; política pública.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comercias, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

ABSTRACT

The article discusses the economic rise and decline of the Rio de Janeiro province/state, highlighting its role as a key economic hub of the country until the late nineteenth century. As the twentieth century began, the state of São Paulo began to lead Brazil's economic growth, based on the so-called São Paulo coffee complex. However, the economic dynamism of Rio de Janeiro remained close to the national average until the 1960s. In the 1970s, the state's economy entered a continuous process of losing dynamism, alongside a set of factors, including: a) the transfer of the capital to Brasília, without compensations for Rio de Janeiro; b) the lack of appropriate regional development strategies for the Rio de Janeiro and Fluminense territories; and c) the deep-rooted political culture of clientelism and patronage in Rio de Janeiro, which led to the progressive dismantling of the state's public structure. Based on specialized literature and the analysis of economic and social indicators for the state of Rio de Janeiro, it is argued that overcoming the current and long-standing socio-economic crisis in the Fluminense territory requires systematically studying the specificities of this state and its regions, with a focus on structuring the state's administrative and technical framework and building an integrated regional public policy for the Fluminense municipalities. This policy should identify their characteristics, potential, needs, and synergies, focusing on cooperation between regions and municipalities and achieving associated social benefits.
Keywords: Rio de Janeiro (state); Rio de Janeiro territory; power; public policy.

1 INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro foi construído hegemonicamente como um espaço de articulação nacional. Inicialmente, o seu dinamismo econômico-social teve relação direta com o fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, a Capital da República e centro cultural, político e econômico – como sede do poder, centro financeiro do país e sede de empresas públicas e privadas que atuam no território brasileiro e mesmo latino-americano.

Nessa trajetória, a cidade do Rio de Janeiro, possuía até o início do século XX, o maior parque industrial do país. A partir de dados do Censo Industrial de 1907, verificamos que a participação do PIB industrial carioca no total do país era de 30,20%, contra uma participação do total do estado de São Paulo de 15,92% (Cano,1998). Se somarmos o PIB industrial da cidade do Rio com o do antigo estado do Rio de Janeiro, de 7,55%, a região correspondente ao atual território fluminense[1] concentrava 37,75% do PIB industrial nacional.

[1]Até 1975, a região que hoje chamamos de estado do Rio de Janeiro era dividida em duas unidades federativas: a cidade do Rio de Janeiro – que foi Distrito Federal (1763-1960) e estado da Guanabara (1960-1975) – e o antigo estado do Rio de Janeiro. Em 1975, ocorreu a fusão dessas unidades federativas,

Já o Censo Industrial de 1919 indica que o estado de São Paulo, tendo em vista a consolidação do *complexo cafeeiro paulista*[2], passou a concentrar 31,5% do PIB industrial brasileiro, contra uma participação na cidade do Rio e do antigo estado do Rio de Janeiro de, respectivamente, 20,8% e 7,4%, totalizando um PIB industrial na região correspondente ao atual território fluminense de 28,2% (Cano, 1998). Ou seja, o estado de São Paulo, a partir de 1919 já lidera o processo de crescimento econômico brasileiro.

No entanto, apesar da cidade do Rio de Janeiro apresentar uma contínua perda de posição relativa comparativamente a São Paulo, no correr de todo século XX, entre 1920 e 1960 o dinamismo carioca se mantém próximo ao da média nacional. Isto se deveu ao fato de que, embora perdendo continuamente posição relativa no cenário industrial da economia brasileira, o antigo Distrito Federal, como sede do poder, continuou a atrair e gerar investimentos nesse período. Carlos Lessa pontuou essa questão:

> As décadas de 1920 a 1960 foram de prosperidade e de acumulação de prestígio no Rio de Janeiro. A cidade desdobrou-se em novos comportamentos e dimensões. [...] O Rio urbanizou-se em sintonia com esses novos tempos. Cabe sublinhar que foi sendo secundarizado, em termos de produção industrial, em relação a São Paulo. Desde a Primeira Guerra Mundial, São Paulo lidera a produção industrial e, apesar de crescer, o Rio vê a distância relativa das respectivas bases industriais ser ampliada, para não lembrar a espantosa diferença no campo agrícola. Porém o Rio – concentrando serviços sofisticados, com o núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo o portal dos visitantes nacionais e estrangeiros, e alimentado por contínuas e crescentes injeções de gasto público – parecia ter assinado um pacto com a eterna prosperidade. (Lessa, 2000, p. 237-238).

Além disso, o antigo estado do Rio de Janeiro – considerado por Lysia Bernardes (1964) uma região polarizada, do ponto de vista econômico, pela cidade do Rio de Janeiro – foi cenário de investimentos federais, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e a Refinaria Duque de Caxias, investimentos estes cujas decisões locacionais estavam relacionadas à proximidade da antiga Capital Federal e à existência de uma tendência dominante no

formando-se o atual estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, ao analisarmos o território que abrange a atual região fluminense em períodos anteriores a 1975, utilizamos o somatório de dados relativos ao antigo estado do Rio de Janeiro e à cidade do Rio de Janeiro.

[2](sobre o assunto, ver Mello, 1982).

governo central a favor da realização de um contraponto no país ao predomínio econômico paulista[3].

Assim, indicadores relativos ao PIB dos estados e regiões do Brasil apontam que, nos anos 1950, o território que abrange a atual região fluminense apresentava um crescimento médio percentual de 6,6% ao ano, bastante próximo ao da região Sudeste, de 6,7% ao ano e, também, ao total do Brasil, de 7,1% ao ano[4].

2 MUDANÇA DA CAPITAL PARA BRASÍLIA E CRISE ECONÔMICO-SOCIAL

A partir de 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília, os territórios carioca e fluminense – por terem o seu dinamismo econômico centralmente relacionado à história de Capital e de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro[5], e pelo fato dessa transferência ter sido feita basicamente sem compensações financeiras –, viriam a sofrer um processo de erosão de importância e de seu dinamismo econômico-social. Isto levou a economia do estado do Rio, principalmente a partir dos anos 1970, com a consolidação da transferência da Capital Federal, a apresentar, entre 1970 e 2022[6], uma perda de participação no PIB nacional de 31,4%. Nesse período, a participação da economia fluminense no PIB nacional passou de 16,7%, em 1970, para 11,4%, em 2022, de acordo com dados do IBGE. Na mesma direção, a economia da cidade do Rio de Janeiro passou de uma participação no PIB nacional de 12,8% em 1970 para 4,0% em 2021[7]. A maior perda de participação no PIB nacional entre todas as capitais das unidades federativas, de 68,9%.

Essa trajetória fez ainda com que – segundo dados do emprego formal constantes da série mais longa disponibilizada pela Relação Anual de Informações Sociais-RAIS/Ministério do Trabalho e Previdência –, entre 1985 e 2023, o estado do Rio tenha

[3](Lessa, 2000).
[4]Ver PACHECO, 1998.
[5]Os conceitos de Capital e capitalidade não são sinônimos. Usamos "capitalidade", partindo da formulação teórica de Giulio Argan – arquiteto, historiador da arte, prefeito comunista de Roma (1976-1979) –, "como o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, (...) foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória" (Motta, 2001, p. 24). Nem sempre a cidade que se constroi como o núcleo central da capitalidade de um país é a sua Capital. Nos EUA, por exemplo, é Nova York e não Washington. Na Austrália é Sidney e não Camberra.
[6]Vale lembrar que, ao ser comparado o peso da economia do estado do Rio de Janeiro na economia nacional, entre 1970 e 2010, usou-se, para o ano de 1970, o somatório dos PIBs carioca e do antigo estado do Rio.
[7]O último ano em que se têm os resultados do PIB para os municípios brasileiros é 2021.

apresentado um crescimento do emprego formal de apenas 62,3%, contra um crescimento de quase o triplo no total do país, de 167,0%. Na indústria de transformação, nesse período, o estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda do emprego formal, de 22,3%, contra um crescimento no país de 59,1%. Tanto no total de atividades econômicas quanto na indústria de transformação, o crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro foi o menor entre todas as unidades federativas brasileiras. Mesmo no setor serviços, que tem forte importância na economia fluminense, o crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro também foi, entre 1985 e 2023, o menor entre todas as unidades federativas, de apenas 110,0%, contra um crescimento no total do Brasil de 267,8%. A cidade do Rio de Janeiro, nesse período, também apresentou um dinamismo pífio. Entre 1985 e 2023, ocorreu um crescimento do emprego formal na cidade do Rio de Janeiro de apenas 15,2%, contra um crescimento médio no total das capitais de 82,3%.

Essa trajetória pós-1960 fez com que a economia do estado do Rio de Janeiro, passasse, entre 1985 e 2023, da 2ª posição, em termos de empregos formais na indústria de transformação (atrás apenas do estado de São Paulo), para a 6ª posição, tendo sido ultrapassado pelos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Quanto ao número de empregos formais no total de atividades, o estado do Rio de Janeiro também foi ultrapassado, no mesmo período, pelo estado de Minas Gerais, passando da 2ª para a 3ª posição, entre as unidades federativas.

A partir de 1995, alguns autores passaram a apontar a existência de uma inflexão econômica positiva no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que, na segunda metade dos anos 1990, o estado apresentou pequena melhora em termos da participação do PIB fluminense no PIB nacional[8]. Isto, no entanto, foi fruto apenas do efeito da ampliação da extração de petróleo em alto-mar, na Bacia de Campos, sendo que esse episódio não teve irradiação significativa na economia fluminense e nem permitiu uma reversão do seu baixo dinamismo no cenário brasileiro, principalmente a partir dos anos 1970, quando se consolida a transferência da Capital para Brasília.

Isto pode ser visto, por exemplo, a partir do fato de o estado do Rio de Janeiro ter se mantido, no período pós-1995, como a unidade da federação com menor dinamismo na geração de empregos formais. Entre 1995 e 2023, o crescimento do emprego formal no total de atividades, no estado do Rio de Janeiro, foi de apenas 61,4%, contra um

[8]O último ano em que se têm os resultados do PIB para os municípios brasileiros é 2021.

crescimento no total do país de 130,3%, segundo os dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Da mesma forma, a partir da segunda metade dos anos 2000, surgiu nova especulação apontando que o estado do Rio de Janeiro teria dado a "volta por cima", estando com o seu "crescimento contratado", e que estaria vivendo um "momento mágico" em função da adoção de novo padrão de políticas públicas e pela realização dos megaeventos.

Isso fica claro em livro organizado por André Urani e Fábio Giambiagi, publicado em janeiro de 2011, do qual destaco o seguinte trecho da apresentação feita pelos organizadores:

> Tanto a nível municipal [cidade do Rio de Janeiro] quanto estadual nota-se nos últimos anos a adoção de políticas públicas adequadas, com melhor embasamento técnico, maior utilização de pessoal qualificado, preocupação com o desenvolvimento das carreiras no setor público e apoiadas em certa reflexão prévia sobre os respectivos temas, marcando uma diferença importante em relação a três décadas dominadas, em maior ou menor grau, por práticas políticas atrasadas, eivadas de traços de forte populismo e desleixo administrativo (Urani; Giambiagi, 2011, Apresentação).

Ainda no mesmo livro e dentro da suposição de que o Rio tinha finalmente superado o seu círculo vicioso, destaque-se o seguinte trecho de texto publicado pela jornalista Flávia Oliveira, na contracapa:

> Está claro que o Rio de Janeiro rompeu com o ciclo de decadência que parecia aprisioná-lo. São bons os ventos que sopram sobre o mundo econômico e o ambiente de negócios.

Infelizmente, essa nova perspectiva também não se confirmou. Entre 2006, início da primeira gestão de Sérgio Cabral à frente do Governo do Estado, e 2023, o estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento do emprego formal de apenas 28,6%, contra um crescimento no total do país de 55,6%, segundo os dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Destaque-se que o estado do Rio apresentou o menor crescimento, nesse período, entre todas as unidades federativas.

Para completar o quadro do estado do Rio de Janeiro, a partir de 2015 a economia fluminense mergulhou. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2024, a cidade do Rio de Janeiro perdeu 4,1% dos empregos existentes com carteira assinada e o estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento de apenas 1,1%, contra um crescimento do emprego

com carteira assinada na cidade e no estado de São Paulo, no Sudeste e no Brasil de, respectivamente, 10,6%; 13,5%; 12,0%; e 16,4%, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 - Variação e saldo de empregos com carteira assinada nas regiões selecionadas, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2024

Unidade Territorial	Estoque 2014	Saldo acumulado 2014-2024.12	Estoque 2024.12	Variação (%) 2014-2024.12
Cidade do Rio de Janeiro	2.173.757	-88.709	2.085.048	-4,1
Estado do Rio de Janeiro	**3.843.256**	**41.016**	**3.884.272**	**1,1**
Cidade de São Paulo	4.471.872	471.884	4.943.756	10,6
Estado de São Paulo	**12.621.527**	**1.699.978**	**14.321.505**	**13,5**
Sudeste	**21.446.467**	**2.579.112**	**24.025.579**	**12,0**
Brasil	**40.562.383**	**6.648.565**	**47.210.948**	**16,4**

Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego.

O agravamento da situação do estado do Rio de Janeiro deu-se no contexto em que a região já vinha, desde os anos 1970, em uma crise estrutural. A partir do início de 2015, uma série de fatores específicos relacionados à crise política e econômica que se instalou no país afetou particularmente o território fluminense. Entre esses fatores específicos, a Petrobras, cuja sede é na cidade do Rio de Janeiro, enfrentou paralisações em sua dinâmica, no contexto da lava jato, além de ter passado, a partir do governo Temer, por forte enxugamento, tendo em vista a visão econômica liberal que vigeu na empresa naquele período. Junto, a presença de empreiteiras com sede no Rio de Janeiro, atingidas pela lava jato, também contribuiu para um cenário de tempestade perfeita no Rio. Isto sem falar no fim dos megaeventos no Rio de Janeiro, que deixaram significativas dívidas, sem legados promissores. Além disso, nesse período, o preço do barril do petróleo apresentou grande desvalorização, afetando a receita pública do governo estadual, o que gerou, inclusive, atraso no salário dos servidores, com impacto negativo na economia fluminense.

Mais recentemente, começaram a ser divulgadas, através da imprensa, informações de que o estado do Rio de Janeiro finalmente estaria saindo da sua crise estrutural de décadas. O Governo do Estado tem publicado diversas matérias pagas na mídia sobre isso. Uma delas, publicada no jornal Valor Econômico, no dia 06/01/2025, tem o seguinte título e texto: “O RJ é o lugar onde todos crescem”. “O Governo do Estado

trabalha sem parar para impulsionar a economia, atrair investimentos e gerar mais e mais oportunidades para todos. Os resultados? Estão em toda parte".

Se a economia brasileira voltou a apresentar maior dinamismo em período recente, de maneira nenhuma é possível afirmar que o estado do Rio de Janeiro saiu da crise estrutural. Dois exemplos. Primeiro, analisando o período desde a conclusão do impeachment do governador Wilson Witzel e a ocupação definitiva do Governo do Estado pelo vice-governador Cláudio Castro, em abril de 2021 até dezembro de 2024, verificamos que o estado do Rio de Janeiro gerou 643.984 postos de trabalho com carteira assinada (Novo Caged/MTE). No entanto, se, por um lado, esse crescimento percentual, de 19,9%, foi ligeiramente superior ao verificado no total do Brasil, de 17,5%, o estado do Rio de Janeiro ainda se encontra apenas na 18ª posição em termos de geração de emprego formal, entre as 27 unidades federativas.

Além disso, tendo em vista o agravamento da crise do estado do Rio de Janeiro, a partir de 2014, tem-se que, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2024, o estado do Rio de Janeiro apresentou um saldo positivo de apenas 41.016 empregos, contra um crescimento do saldo de empregos no estado de São Paulo, no total do Sudeste e do Brasil de, respectivamente, 1.699.978; 2.579.112; e 6.648.565. Ou seja, conforme indicado no quadro acima, nesse período, enquanto o estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento percentual de emprego com carteira assinada de apenas 1,1%, esse crescimento no estado de São Paulo, no total do Sudeste e no Brasil foi de, respectivamente 13,5%; 12,0%; e 16,4%.

Também preocupante, foi a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 2024. No total do país, essa taxa foi de 6,4% para todas as faixas etárias e de 13,4% para jovens entre 18 e 24 anos. No estado do Rio de Janeiro, foi de 8,5% e 21,4%. A taxa de desemprego para jovens no estado do Rio de Janeiro foi inclusive superior à encontrada nas regiões Nordeste e Norte do país, de respectivamente 18,9% e 12,8% (Pnad Contínua/IBGE).

A trajetória de decadência socioeconômica pós-1960 da região aqui em exame derivou também do fato de que, entre 1960 e 1974, nos territórios da Guanabara e do antigo estado do Rio, e a partir da fusão em 1975, no novo território fluminense, não se conseguiu lograr, do ponto de vista da formulação e da constituição de uma hegemonia política, a elaboração e execução de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento econômico-social, que desse conta dos desafios colocados.

Sobre a ausência de uma consistente estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social para a cidade do Rio, e mesmo, posteriormente, para o atual estado do Rio de Janeiro, vale reproduzir o seguinte trecho de reflexão feita, em 2001, por Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador no primeiro Governo da Guanabara, entre 1960 e 1965:

> A criação do estado da Guanabara em si mesma não poderia dar conta das causas que determinaram a decadência da cidade. Teve entretanto o mérito de permitir a autonomia política da cidade, cujo governo pôde, com verdadeiro empenho, tentar, ao menos, recuperar a qualidade dos serviços básicos, enfrentando, com êxito parcial, alguns dos mais agudos problemas de infraestrutura herdados da época da dominação federal.
> A verdade é que a simples autonomia política não bastava para a viabilização de um projeto de restauração substitutiva da base produtiva da cidade e da sua região, afetada com a perda irreversível da condição de metrópole nacional. [...]
> Redescobrir funções reorganizadoras das atividades econômicas continua sendo, assim, [...] o verdadeiro desafio para a cidade e sua região. Identificá-las, agora, se inscreve, além do mais, no complexo contexto de nosso tempo, que deve considerar a globalização da economia e a necessidade vital de nova forma de articulação do Brasil com os centros decisórios internacionais (Magalhães, 2001, p. 4-5).

Carlos Lessa (2000) apontou que para a não construção de uma estratégia consistente de fomento ao desenvolvimento regional do território fluminense, contribuiu o fato de que a população carioca e fluminense demorou a perceber os problemas econômicos já em curso desde a transferência da Capital, só passando a ter essa percepção, em alguma medida, nos anos 1980, no bojo da crise econômica que se instaura no país, na chamada década perdida.

Ou seja, o dinamismo econômico brasileiro entre 1968 e 1980, com base no "milagre econômico" e no II PND[9], mascarou a realidade de o estado do Rio de Janeiro já vir apresentando uma taxa de crescimento econômico bem abaixo da ocorrida na Região Sudeste e no total do país[10].

Carlos Lessa (2000) ressalta ainda que a crise que se instalou no país a partir dos anos 1980 afetou pesadamente a capacidade de gasto do poder público no Brasil. Como a presença de instituições federais na cidade do Rio de Janeiro, no final dos anos 1970, era ainda mais importante do que nos dias atuais, a crise econômico-fiscal atingiu a região de forma mais significativa do que na média das demais regiões brasileiras.

[9]Sobre o assunto ver: Lacerda *et al*., 2010 e Lessa, 2000.
[10]Sobre o assunto ver: Rosa; Osorio, 1995.

O Rio de Janeiro também foi particularmente atingido na crise brasileira dos anos 1980, pelas características do II PND então implantado pelo Governo Federal, na gestão de Ernesto Geisel. De acordo com Lessa (2000), o governo Geisel e o II PND tinham como uma de suas estratégias enfrentar a concentração econômica no estado de São Paulo, que vinha ocorrendo no país desde o início do século. Na Região Sudeste, a estratégia do II PND foi fomentar um segundo complexo metal-mecânico em Minas Gerais, tendo como âncora a ida da Fiat para aquele estado, e reforçar o estado do Rio de Janeiro como polo científico tecnológico.

No entanto, como os investimentos em atividades econômicas/tecnológicas de ponta exigem, via de regra, maturação de mais longo prazo, a crise externa e fiscal na década perdida brasileira também atingiu o estado do Rio de Janeiro com maior força.

A demora na percepção da perda de dinamismo da economia fluminense em relação à economia brasileira e da necessidade de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento regional para os territórios carioca e fluminense também derivou da transferência da Capital ter ocorrido de forma lenta, só se consolidando nos anos 1970.

Além disso, contribuiu para a demora na percepção apontada e a não constituição de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social regional, a história de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro e sua região de influência, fazendo com que, mesmo até os dias atuais, os hábitos e as atenções sociais nela construídos voltem-se fundamentalmente para a temática nacional, em detrimento da temática regional. Arnaldo Niskier, no trabalho denominado Rio Ano 2000 (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970), pontuou essa questão afirmando que o fato da história da cidade de São Sebastião ter, durante quase dois séculos, se confundido muitas vezes com a história brasileira, teria feito com que a vivência dos problemas nacionais no Rio fosse reduzida “a pálidos reflexos dos problemas locais. [Assim,] depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia de si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado” (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970, p. 15).

As permanências de hábitos, frutos de uma determinada cultura e história, podem ser analisadas utilizando-se o conceitual teórico de economistas institucionalistas como Douglass North (1993) e Geoffrey Hodgson (1997), quando afirmam que uma determinada conformação institucional criaria hábitos e rotinas arraigados, nos quais as questões de escolha se apresentariam como algo regular, repetitivo e evidente – contribuindo para que nesta região não venha a ocorrer a percepção, de forma imediata,

da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator "exógeno" (no caso aqui em comento, a mudança da Capital).

Infelizmente, a realidade no estado do Rio de Janeiro, de particular preocupação com os temas nacionais vis-à-vis os locais, perdura até os dias atuais. Nesse sentido, uma novidade alvissareira é a criação, em 2022, do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro-Friperj, envolvendo a constituição de um programa permanente de pesquisa sobre o estado do Rio de Janeiro, com a realização, entre outras atividades, de um seminário acadêmico anual sobre o estado e um prêmio bianual para dissertações e teses que versem sobre o estado, suas regiões e localidades.

Por último, em nosso entendimento, a decadência econômico-social pela qual a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro e, a partir de 1975, o novo estado do Rio de Janeiro passaram, no cenário federativo, teve uma terceira causa, no âmbito da política. A cidade do Rio de Janeiro foi brutal e particularmente atingida pelos processos de cassações realizados pelos governos militares, a partir do golpe de estado ocorrido em 1964, tendo em vista que o debate político brasileiro ocorria com forte referenciamento na cidade do Rio[11].

Nesse processo, extinguiram-se no país as eleições para presidente da República e governadores, até os anos 1980, quando a redemocratização tem início. Nos anos 1960, após o golpe de 1964 e o processo de cassações, assumiu a hegemonia política, com o apoio dos militares, um político conservador e populista: Chagas Freitas – inicialmente na Guanabara e posteriormente, com a fusão, na totalidade do estado do Rio de Janeiro. A partir de então, instituiu-se na cidade e no estado do Rio de Janeiro uma lógica política particularmente clientelística e desestruturadora do setor público na região, que será o terceiro elemento a contribuir para o círculo vicioso que se instaura na cidade e no estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1960 e, principalmente, 1970[12]. Essa lógica foi se agravando, sendo que, de acordo com o Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, organizado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e o Instituto Fogo Cruzado (IFC), nos últimos 16 anos houve um crescimento de 106% dos territórios, na Região Metropolitana do Rio de

[11]Sobre esse assunto, ver Osorio, 2005; Versiani, 2007; 2016; e Osorio; Rego; Versiani, 2016.
[12]Sobre as consequências da lógica política no dinamismo econômico de uma determinada região, ver North, 1993 e Putnam, 1996.

Janeiro, dominado por algum grupo armado, sendo que em 2023 esse domínio foi de 38,9% por milícias e 60,0% pelas diferentes facções do tráfico de drogas[13].

A decadência econômica pós-1960 e a degradação da lógica política, que levaram a um círculo vicioso e a uma particular desestruturação da máquina pública do estado do Rio de Janeiro e dos municípios fluminenses, podem ser vistas também, por exemplo, organizando-se um ranking dos resultados do IDEB/MEC para as escolas da rede pública do 1º ao 5º ano do ensino fundamental dos municípios da Região Sudeste, no ano de 2023.

Nesse ranking, que contempla os 1.576 municípios que tiveram o IDEB calculado, entre os 500 primeiros colocados aparecem apenas 4 municípios fluminenses: Miracema, na 6ª posição; Areal na 133ª; Itaperuna na 305ª e Iguaba Grande na 464ª posição. Entre a 501ª e 1.000ª posição aparecem 14 municípios fluminenses. Entre 1.001ª e 1576ª posição, aparecem 73 municípios fluminenses. E dentre estes 73 municípios, estão todos os municípios da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde se encontram os mais graves problemas socioeconômicos do estado[14].

A desestruturação da máquina pública no estado do Rio de Janeiro pode ser verificada também através de um ranking dos resultados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/Saúde-IFDM/Saúde para os municípios da Região Sudeste, no ano de 2016. Nesse ranking, entre os 1.668 municípios da Região Sudeste contemplados, as posições dos municípios fluminenses são péssimas, embora não tão ruins quanto o verificado no ranking do IDEB. Assim, entre os 100 primeiros colocados encontram-se apenas 2 municípios fluminenses: Piraí, na 2ª posição, e Porto Real, na 48ª posição. Entre a 101ª e 500ª aparecem 16 municípios fluminenses. Entre a 501ª e 1.000ª posição, 35 municípios fluminenses. Além da 1.000ª posição aparecem 38 municípios fluminenses. Destaque-se que, entre os 21 municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, 11 municípios aparecem para além da 500ª posição e 9 aparecem para além da 1.000ª posição. O município de Niterói aparece nesse ranking na 255ª posição.

Infelizmente, a Firjan não produziu edições atualizadas deste índice que permitia uma visão mais detalhada da questão da saúde por município. No entanto, indicadores mais recentes reforçam a persistência de uma situação particularmente ruim no estado do

[13]Agradecemos ao sociólogo e professor da UFF, Daniel Hirata, pelas informações precisas no campo da segurança pública na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
[14]A cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser o município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com a melhor colocação, aparece entre os 1576 municípios da Região Sudeste, apenas na 1052ª posição. ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, com os seus 6.729.894 habitantes, 648 escolas públicas municipais avaliadas e graves desigualdades socioterritoriais, continua apresentando dificuldades para uma melhoria do IDEB.

Rio de Janeiro, no cenário federativo. Por exemplo, no que diz respeito à mortalidade materna, dados do Datasus para o ano de 2023 revelam uma taxa de mortalidade[15] no estado do Rio de Janeiro de 74,40%, contra uma taxa nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e no Brasil de, respectivamente: 46,90%; 36,08%; 55,92%; 69,38%; 53,06%; e 50,94%.

Outros exemplos incluem o número acumulado de óbitos por Covid para cada dez mil habitantes. Neste caso, a taxa de óbitos no estado do Rio de Janeiro, entre o início da pandemia e o dia 3 de janeiro de 2025, foi de 45,47, contra uma taxa nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e no Brasil de, respectivamente: 38,91; 36,45; 32,18; 23,99; 39,40; e 33,99 (Painel Covid e IBGE).

No que diz respeito aos casos confirmados de tuberculose para cada cem mil habitantes, em 2023, o posicionamento do estado do Rio de Janeiro também é bastante ruim. Essa taxa no estado do Rio é de 107,4, contra uma taxa nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e no Brasil de, respectivamente: 58,3; 44,8; 52,4; 81,4; 35,6; e 54,9 (DATASUS; IBGE).

Ainda outro exemplo, na área de saúde, aponta que a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos no estado do Rio de Janeiro é mais próxima das demais regiões brasileiras, porém não é boa. Em 2023, essa taxa era, no estado do Rio de Janeiro, de 13,5, contra uma taxa nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e no Brasil de, respectivamente: 11,7; 10,8; 13,8; 15,9; 12,8; e 12,6 (DATASUS).

3 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O RIO DE JANEIRO

Na trajetória de decadência socioeconômica e política do estado do Rio de Janeiro, desde a transferência da Capital, o setor público no âmbito estadual e de suas prefeituras sofreu um processo de particular degradação, com forte carência de pessoal para a execução de políticas públicas em diversas áreas e com ampliação da idade média dos funcionários públicos que tenderão a se aposentar proximamente.

São recorrentes, por exemplo, informações de que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado não possui um único assistente social de carreira em seu quadro. A Fundação CEPERJ, que tem entre as suas

[15]A taxa de mortalidade materna é a relação entre o número de óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos.

funções ser "um IBGE e IPEA estadual", não possui um único estatístico nem um economista em seu quadro de carreira. Na área de engenharia, o Governo do Estado possui atualmente poucos profissionais de carreira, a grande maioria estando próxima da aposentadoria.

Outro exemplo, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro-Codin, vinculada ao Governo do Estado, que tem como um de seus objetivos atrair empresas para se instalarem no território fluminense, tem menos de dez funcionários de carreira, sendo que o mais jovem tem mais de 60 anos.

Ademais, a trajetória de carência de dinamismo econômico, por décadas, contribuiu para que o estado do Rio de Janeiro tenha uma estrutura produtiva rarefeita e pouco integrada, o que gera uma quantidade de empregos com carteira assinada insuficiente para atender à sua população em idade de trabalho e pouca base produtiva para a arrecadação de impostos. Prova disso, do ponto de vista fiscal, é o fato de o estado do Rio de Janeiro estar apenas na 14ª posição em termos de receita de ICMS per capita, entre todas as unidades federativas, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Ranking das Unidades Federativas segundo a arrecadação de ICMS per capita em 2023

Unidades Federativas	ICMS per capita	Ranking do ICMS per capita
Total das Unidades Federativas	**3.460,64**	**-**
Mato Grosso	5.690,63	1
Mato Grosso do Sul	5.564,68	2
Santa Catarina	4.764,35	3
Espírito Santo	4.625,64	4
São Paulo	4.428,86	5
Rio Grande do Sul	4.122,57	6
Paraná	3.897,92	7
Rondônia	3.866,39	8
Amazonas	3.614,31	9
Distrito Federal	3.551,30	10
Minas Gerais	3.505,50	11
Goiás	3.450,65	12
Tocantins	3.324,91	13
Rio de Janeiro	3.100,30	14

Fonte: SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do IBGE.
Observação: A arrecadação de ICMS em valores absolutos do Estado de Minas Gerais ultrapassou o Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2004.

Além disso, a estrutura produtiva rarefeita, com pouca base para arrecadação de impostos, gera uma grande dependência do Governo do Estado em relação às receitas de royalties e participações especiais.

Em 2023, as receitas de royalties e participações especiais significaram 23,5% do total da receita corrente líquida-RCL do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Como é sabido, essa receita é finita, tendendo a cair na medida em que a extração de petróleo na Bacia de Santos comece a diminuir. Além disso, o preço do barril de petróleo é muito volátil, podendo gerar quedas de receitas e crises fiscais, como já ocorreu nos anos de 2015 e 2016.

Por último, no ano de 2012 o Congresso Nacional aprovou uma lei que modifica totalmente a distribuição de royalties entre as unidades federativas brasileiras, que, diminuindo pesadamente a receita de royalties no estado do Rio, e por consequência a RCL, geraria uma quebra do Governo do Estado. Na ocasião, o governo estadual entrou com uma liminar no Supremo, arguindo a inconstitucionalidade da lei aprovada. A ministra Carmen Lúcia, solitariamente, concedeu a liminar, que permite ao Governo do Estado manter essa receita até os dias atuais, porém de forma precária posto que o mérito não foi julgado pelo conjunto dos ministros do Supremo Tribunal Federal até hoje.

A precariedade da situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro também é evidenciada a partir do fato de que a Lei Orçamentária Anual do Governo do Estado para este ano de 2025 apresenta um déficit de R$ 14,6 bilhões, o maior déficit entre todas as unidades federativas.

No dia 14 de janeiro de 2025, o presidente da República sancionou o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados-Propag[16]. Atualmente, os governos estaduais têm as suas dívidas com o Governo Federal corrigidas por ano, pelo IPCA-Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mais uma taxa de juros de 4%.

Esse programa, cumpridas as suas condicionalidades, permite que os governos estaduais tenham as taxas de juros de suas dívidas reduzidas até 0%. Sobre este ponto, em primeiro lugar, entendemos que o governo estadual deve buscar meios para cumprir as condicionalidades do programa, obtendo uma taxa de juros zero e a diminuição dos seus pagamentos anuais da dívida.

[16]https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-212-de-13-de-janeiro-de-2025-606770578

No entanto, caso o governo do Rio passe a participar do Propag, é necessário que, para o cumprimento das regras do acordo e, principalmente, para tirar o estado de seu longo círculo vicioso e colocá-lo em um círculo virtuoso, ele faça o seu dever de casa.

Em primeiro lugar, o dever de realizar uma reestruturação do setor público estadual, visando a permitir a realização de políticas públicas adequadas para a população, incluindo uma política de fomento ao desenvolvimento econômico do estado.

Dentro desse propósito, é importante analisar os sistemas produtivos que apresentam maior possibilidade de sucesso no estado do Rio de Janeiro. Um primeiro sistema produtivo com potencialidade no estado é o Complexo Econômico-Industrial e da Inovação em Saúde-CEIS. Esse Complexo de Saúde integra atividades nas áreas de serviço e industrial com significativa presença em nosso estado. Vinculada ao CEIS, temos forte presença da área de pesquisa e inovação, seja pelo fato do estado do Rio de Janeiro sediar instituições como a Fiocruz e o Instituto Vital Brazil, seja pelos grupos de pesquisa nessa área existentes em nosso estado. De acordo com dados da Notas Técnica feita pela Assessoria Fiscal da Alerj, existiam, vinculados diretamente ao CEIS, no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019, 459.100 empregos formais[17].

Ainda de acordo com dados da Nota Técnica da Assessoria Fiscal da Alerj, o balanço comercial do CEIS no Brasil, em 2006, apresentou um valor de importações superior às exportações, de US$ 1,2 bilhão. Progressivamente, até 2021, esse saldo negativo atingiu US$ 22 bilhões.

Na medida em que o Brasil implemente uma política de ampliação da produção no país, usando principalmente o poder de compra do SUS na aquisição de bens e serviços vinculados ao CEIS – conforme proposto em documento recente publicado pelo Caderno do Desenvolvimento do Centro Celso Furtado em parceria com a Fiocruz, chamado "Desenvolvimento, saúde e mudança estrutural. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no contexto da Covid-19[18]"–, o estado do Rio de Janeiro deve procurar observar as oportunidades de fomento ao desenvolvimento do CEIS que podem se abrir em nossa região. Essa política deve ser coordenada pelo Governo do Estado em parceria com as instituições públicas e privadas vinculadas ao CEIS com presença no estado do Rio de Janeiro e as prefeituras fluminenses.

Outra área econômica com potencialidade em nosso estado é o sistema produtivo de petróleo e gás. Desde a ampliação da extração de petróleo no litoral fluminense, nos

[17]Sobre o assunto, ver Osorio *et. al*. (2022).
[18]CADERNOS do desenvolvimento, 2021.

anos 1990, pode-se afirmar que as riquezas geradas por esse sistema em grande medida vazam do estado do Rio de Janeiro.

Dados organizados pela Assessoria Fiscal da Alerj apontam que, em agosto de 2020, do total de valor dos contratos ativos da Petrobras com seus fornecedores, apenas 19% foram com empresas sediadas no estado do Rio de Janeiro, sendo que 11% estão localizadas em outros estados e os restantes 70% foram com empresas localizadas no exterior do país[19].

Além disso, ao contrário da quase totalidade dos produtos, no caso da extração de petróleo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS é cobrado onde o petróleo é utilizado e não onde é produzido.

Dessa forma, é necessário buscar políticas que levem a uma maior presença no estado do Rio de Janeiro de fornecedores das empresas de petróleo, além de ampliar a fiscalização do repasse das receitas de royalties e participações especiais às quais o estado do Rio de Janeiro e suas municipalidades têm direito.

Além disso, é necessário também desenhar uma estratégia para uso, em prol da geração de emprego e renda no estado do Rio de Janeiro, do gás natural existente no litoral fluminense. De acordo com dados levantados pela Assessoria Fiscal da Alerj, em 2020, 50,1% do gás natural extraído no litoral fluminense foram reinjetados. Dessa forma, metade do gás natural extraído em nosso litoral, quando da extração de petróleo, não está sendo usado nem para atrair empresas para uma maior industrialização do estado, nem para a ampliação de oferta de energia a partir do gás em nosso território.

Nessa linha, é alvissareiro que a Petrobrás tenha terminado finalmente a chamada "Rota 3", que amplia significativamente a chegada do gás natural em Itaboraí, podendo este gás ser utilizado como insumo para atração de empresas e a industrialização do Leste Metropolitano.

No entanto, este gás natural, ao chegar em terra firme, pode entrar na rede de dutos de gás já existente no país sem ser usado para a diversificação da estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro.

Para evitar isso, é necessário que o Governo do Estado estruture a sua área de fomento ao desenvolvimento econômico e lidere uma política de implementação de infraestrutura adequada na região, como por exemplo no que diz respeito à oferta de energia elétrica e telecomunicações, de logística de acesso etc.

[19]Marcellino *et. al*., 2020.

No setor serviços, deve-se identificar atividades que possam ser indutoras do desenvolvimento regional e que apresentam sinergias entre si. Entende-se aqui por "atividades indutoras" aquelas que podem ser instaladas em determinado estado para vender bens ou serviços também para outras regiões, assim gerando renda nova para o próprio estado em que se instalou, e aquelas que podem substituir produtos que antes eram importados de outras regiões ou atrair pessoas para consumir no estado em que ocorre a política de fomento (como, por exemplo, a atividade turística).

Existem, no estado do Rio de Janeiro, diversas atividades do setor serviços que geram sinergias entre si, que têm potencialidade no estado e que podem ser consideradas indutoras. Dentre elas, pode-se destacar o seguinte bloco de atividades: turismo, cultura, entretenimento, esporte, cinema e vídeo e multimídia[20].

Vale destacar ainda, na área da agricultura, que o estado do Rio de Janeiro é uma região territorialmente pequena e com forte conformação urbana. Assim, nunca teremos significativamente, no estado do Rio de Janeiro, agricultura de larga escala, como por exemplo plantação de soja, e sim podemos fomentar no estado a agricultura familiar, orgânica e agroecológica.

Nesse sentido, é necessário que o Governo do Estado organize e implemente uma política de fomento agrícola, em parceria com as prefeituras fluminenses e o Governo Federal. Para tanto, novamente é necessário que ocorra uma reestruturação do setor público nessa área, incluindo a reorganização das empresas Pesagro e Emater.

Assim, em uma estratégia de desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro, é necessário construir uma coordenação de políticas de fomento para os sistemas produtivos com maior potencialidade no estado, considerando as potencialidades existentes em cada uma das oito Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, de tal modo que todos os municípios fluminenses possam se beneficiar de forma colaborativa.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (Coord.). **O Rio de Janeiro e sua região**. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1964. Disponível em: https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/livros/o-rio-de-janeiro-e-sua-regiao. Acesso em: 18 out. 2024.

[20]Sobre o assunto, ver Osorio, 2014.

DOSSIÊ: desenvolvimento, saúde e mudança estrutural: o complexo econômico-industrial da saúde 4.0 no contexto da Covid-19. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 16, n. 28. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2021. Disponível em: https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/issue/view/30/showToc. Acesso em: 05 out. 2024.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930-1995. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/colecao-30-anos/desequilibrios-regionais-e-concentracao-industrial-no-brasil. Acesso em: 18 ago. 2024.

GUANABARA. **Secretaria de Ciência e Tecnologia**. Comissão do ano 2000. Rio Ano 2000. Rio de Janeiro, 1970.
HODGSON, Geoffrey M. **Economia e evolução**: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al*. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2010.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região**. [*S. l.*], [*S. n.*], 2001. Texto mimeografado.

SILVA, Mauro Osório da; MARCELLINO, Israel; VEIGA, L.; REGO, Henrique Rabelo Sá; FALCÃO, Mariana Salles. O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, 2021. Disponível em: https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/573. Acesso em: 18 set. 2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, Marly Silva da. **Rio de Janeiro**: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: ALERJ: 2001.

NATAL, Jorge. Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Nova Economia**, v. 14, n. 3, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/437. Acesso em: 02 dez. 2024.

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47788104_Instituciones_cambio_institucional_y_desempeno_economico. Acesso em: 18 dez. 2024.

OSORIO, Mauro. A fusão: equívocos e memória. **Jornal dos Economistas**, [*S.l.*], n. 181, agosto 2004, p. 3-4.

OSORIO, Mauro. **Rio local, Rio Nacional***:* mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSORIO, Mauro (Coord.). *A capacidade indutora dos serviços no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2014.

OSORIO, Mauro. *et al.* Caracterização do complexo econômico-industrial da saúde fluminense e contribuições para o desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Assessoria Fiscal da ALERJ, 2022. (Nota Técnica) Disponível em: https://www.alerj.rj.gov.br/Comunicacao/Publicacoes/Outras. Acesso em: 8 out. 2024.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

ROSA, L. P.; OSORIO, Mauro. Gás Natural como Indutor do Desenvolvimento da Economia Fluminense - versão resumida. **Revista Brasileira de Energia**, v. 1, p. 35-68, 1995. Disponível em: https://sbpe.org.br/index.php/rbe/issue/archive/9. Acesso em: 5 nov. 2024.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio (org.). **Rio***:* a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VERSIANI, Maria Helena. **Padrões e práticas na política carioca***:* os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/34/teses/MariaHelenaVersiani.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

VERSIANI, Maria Helena. O Rio de Janeiro na República da Ditadura. *In:* OSORIO, Mauro; MAGALHÃES, Alex Ferreira; VERSIANI, Maria Helena (Coord.). **Rio de Janeiro: reflexões e práticas**. Belo Horizonte/MG: Editora Fórum, 2016, p. 128-147.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.